

## VIII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

*“Desenvolvimento Rural”*

*08 e 09 de maio de 2014*

*Rio do Sul/SC - UNIDAVI*

**ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL**

---

### **DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E MEIO AMBIENTE: INTERFACES ENTRE O RURAL E O URBANO EM SANTA CATARINA**

DANIEL RODRIGO STRELOW, Mestrando em Desenvolvimento Regional pela FURB, membro do NPDR<sup>1</sup>, e-mail: [danistrelow@gmail.com](mailto:danistrelow@gmail.com)

IVO MARCOS THEIS, Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha), coordenador do NPDR, professor da FURB e pesquisador do CNPq, e-mail: [ivo.theis@pq.cnpq.br](mailto:ivo.theis@pq.cnpq.br).

LUCIANA BUTZKE, Doutoranda em Sociologia Política pela UFSC, Professora da Unifebe, membro do NPDR, e-mail: [vbutzke@terra.com.br](mailto:vbutzke@terra.com.br)

**Resumo:** O estado de Santa Catarina tem sido apontado como um dos menos desiguais do Brasil. Todavia, ser menos desigual implica, ainda, na existência da desigualdade, condição essencial à produção e reprodução do capital. Nesse sentido, a fim de contribuir para o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina o objetivo principal desta pesquisa foi analisar as interfaces entre o rural e o urbano do desenvolvimento desigual e da injustiça socioambiental em Santa Catarina. Em termos específicos, buscou-se (a) levantar dados sobre a distribuição da população nas microrregiões em relação aos espaços rurais/urbanos em Santa Catarina; b) identificar as principais características socioeconômicas e ambientais das microrregiões catarinenses; c) identificar a existência de conflitos envolvendo injustiças socioambientais nas microrregiões; d) relacionar os conflitos às configurações rurais/urbanas. Para tanto, a pesquisa delineou-se com base no método dialético de abordagem, numa revisão de literatura teórica dos principais conceitos relacionados ao tema e na delimitação do universo da pesquisa à Santa Catarina e aos conflitos aí identificados. A análise dos dados corrobora com a ideia de que o território catarinense é permeado por um desenvolvimento geográfico desigual, fruto de uma acumulação permanente de capital, que privilegia uns poucos em detrimento de muitos. Os problemas socioeconômicos e socioambientais, condições para a continuidade do modelo econômico, recaem de forma desproporcional sobre os menos favorecidos. O que se sugere é um desenvolvimento pautado, além da democracia política, na democracia econômica, que não considere os indivíduos e o meio ambiente como meros insumos para a geração de lucros.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento desigual, injustiça sócio - ambiental, Santa Catarina.

## **1 INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional

O estado de Santa Catarina é apontado como um dos “menos desiguais” do Brasil. No entanto, mesmo ostentando alguns indicadores satisfatórios se comparado a outros estados, o território catarinense, como o restante do território nacional, é marcado pelo desenvolvimento desigual nos espaços rurais e urbanos, condição da produção e reprodução capitalista.

Justamente, o objetivo principal deste artigo foi o de analisar as interfaces rurais e urbanas do desenvolvimento desigual e da injustiça socioambiental em Santa Catarina. Especificamente, buscou-se (a) levantar dados sobre a distribuição da população nas microrregiões em relação aos espaços rurais/urbanos em Santa Catarina; b) identificar as principais características socioeconômicas e ambientais das microrregiões de Santa Catarina; c) identificar a existência de conflitos envolvendo injustiças socioambientais nas microrregiões; d) relacionar os conflitos às configurações rurais/urbanas do estado catarinense. A hipótese principal, desde os enfoques do desenvolvimento geográfico desigual e da justiça ambiental, é a de que há uma forte correlação entre desenvolvimento geográfico desigual e as injustiças socioambientais existentes em Santa Catarina, ou seja, os riscos e danos ambientais afetam desproporcionalmente as populações menos favorecidas.

O artigo está dividido em sete seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção apresentados os materiais e métodos. Na terceira, apresenta-se o debate conceitual (desenvolvimento desigual, acumulação primitiva e injustiça socioambiental). Na sequência, são apresentados dados sobre a desigualdade rural e urbana em Santa Catarina [dispersão da população nos espaços urbanos e rurais catarinenses, bem como de Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, por microrregião], seguidos de alguns dados ambientais. Na sexta seção, são apresentados dados extraoficiais que denotam a existência de conflitos socioambientais no estado. Por fim, as considerações finais.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Quanto ao método de abordagem, partiu-se do pressuposto de que o desenvolvimento desigual e as injustiças socioambientais, enquanto objeto de estudo, podem ser apreendidos como processo social. Como tal, subentende a existência de conflitos entre classes sociais e consequentes contradições nos processos de produção material e reprodução social. A plena compreensão desses processos sugere o recurso à perspectiva dialética, que toma na devida conta as contradições observadas na sociedade capitalista, que permite daí derivar sínteses

esclarecedoras da realidade e, assim, se apresenta como a abordagem mais ajustada à produção de respostas teoricamente significativas e social e politicamente relevantes.

Quanto aos métodos de procedimento, numa etapa inicial fez-se uma revisão da bibliografia referente, de um lado, à relevância da problematização do desenvolvimento desigual (e do desenvolvimento especificamente capitalista na produção de desigualdades), acumulação primitiva e ao significado das questões envolvendo injustiça social e ambiental. Por conseguinte, fez-se um levantamento da série histórica da população rural/urbana catarinense e dos principais indicadores socioeconômicos e ambientais das microrregiões, bem como dos conflitos (com breve análise dos casos mais representativos) envolvendo injustiças socioambientais em Santa Catarina, relacionando-os às configurações rurais/urbanas.

O universo desta pesquisa é a população de Santa Catarina. A amostra foi definida a partir do levantamento de conflitos envolvendo injustiças socioambientais. As técnicas a serem privilegiadas na obtenção dos dados são a pesquisa bibliográfica, e a pesquisa quantitativa e qualitativa.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E INJUSTIÇA AMBIENTAL**

Primeiramente, cabe-nos discorrer um pouco sobre alguns conceitos chave para esta pesquisa, capazes de nos auxiliar na busca por respostas às principais questões deste trabalho: acumulação primitiva, desenvolvimento desigual e injustiça ambiental.

O processo de “acumulação primitiva” precede mesmo o processo de acumulação capitalista, não sendo, desta forma, resultado de sua produção, mas seu ponto de partida, ou seja, está na gênese do modelo em questão. No contexto da economia política, compara-se ao “pecado original” na teologia (MARX, 1984).

A base de todo este processo é a expropriação/separação dos meios de produção dos próprios trabalhadores.

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ por que constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1984, p. 262).

E este ato de expropriação não foi resultado do acaso, da “mão invisível” ou de métodos pacíficos. Pelo contrário. Todos os métodos que permitiram a acumulação primitiva, base do modo de produção capitalista, são resultado de ações cuja violência é característica comum e marcante: roubos, horrores, expropriação e tormentos do povo são algumas de suas facetas<sup>2</sup>.

Em suma, são todos os processos que serviram de base para a ascensão e consolidação da classe capitalista, advinda das antigas ruínas feudais. “Se o dinheiro [...] ‘vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces’, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (MARX, 1984, p.292).

Marx deixa a entender que este processo assume diversas formas em épocas diferentes. É este o raciocínio de David Harvey, que sustenta que a acumulação primitiva é um processo contínuo, um mecanismo em andamento (não foi apenas uma etapa original). Tanto é que requalifica tal conceito e passa a usar “acumulação via espoliação” - que pode ser “interpretado como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2004, p.128).

Três são os pontos importantes desta análise da realidade, a partir da acumulação via espoliação. O primeiro, a constatação de que as características da acumulação primitiva estão muito presentes na geografia do capitalismo atualmente. Segundo, o papel do estado e das instituições internacionais na promoção da acumulação via espoliação, por meio da liberação de ativos/recursos ociosos, principalmente através do seu “monopólio da violência e suas definições da legalidade”. Em terceiro, o papel chave que tal mecanismo assume na resolução de um problema capitalista básico: a sobreacumulação (cujo conceito é tomado emprestado de Rosa Luxemburgo), que basicamente configura uma condição em que há um excedente de capital (pode estar acompanhado de excedente de trabalho) ocioso e até então, sem um destino lucrativo. Logo, o processo de acumulação via espoliação libera um conjunto de ativos (emprendimentos para investir) a custos mais baixos (ou até custo zero) que, ao serem tomados pelo capitalista sobreacumulado, são usados de forma a gerar maiores lucros (HARVEY, 2004).

---

<sup>2</sup> “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravidão e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva” (MARX, 1984 p. 285).

Em suma o processo de acumulação via espoliação ajuda a entender melhor como se processam os mecanismos de avanço do capitalismo e de geração das desigualdades pelo território, inclusive as desigualdades socioambientais. Tais rupturas atendem a uma lógica essencial ao modelo de desenvolvimento compartilhado globalmente e por isso também, estão presentes em terras tupiniquins, inclusive, de Santa Catarina. Tanto é que o economista Carlos Brandão (2010) segue o mesmo raciocínio, argumentando a continuidade do processo de acumulação e afirmando que ela tem caráter permanente ao longo da história do capitalismo e não meramente circunstancial.

Centra sua análise no caso brasileiro e sustenta que o modelo de desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro esteve (e está) submetido à lógica de acumulação de capital nas mãos de alguns poucos. Evidentemente, o formato de uso (predatório e extensivo) e de ocupação do espaço territorial seguiu esta lógica. Suas características nada mais são do que a materialização da acumulação permanente (BRANDÃO, 2010).

De fato, não há como analisar a realidade brasileira, urbana e rural, sem que se leve em consideração que o desenvolvimento capitalista brasileiro vem sendo marcado por um desenvolvimento desigual. E mais do que isso, é preciso atentar ao fato de que esta desigualdade continua, seja nas regiões, ora ganhadoras, ora perdedoras, ou nas gritantes assimetrias entre as classes sociais. Em suma, não há como analisar o desenvolvimento brasileiro sem se perceber as idas e vindas da acumulação primitiva, que assume variadas formas no decorrer da história (BRANDÃO, 2010).

O desenvolvimento desigual tem sua origem atrelada ao surgimento do capitalismo. Já noção de desenvolvimento desigual, de acordo com Löwy (1995) tem origem nos estudos de Lênin, em sua análise política do desenvolvimento capitalista russo e adquiriu maior importância nos estudos de Trotsky. É justamente com este pensador que o termo assume corpo, passando a ser entendido como desenvolvimento desigual e combinado, agregando estudos sobre a dimensão econômica e política de sua época. Em geral, trata-se de explicar: por que uma formação social periférica, onde as forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política? Já o desenvolvimento geográfico e desigual busca evidenciar a espacialidade do desenvolvimento desigual, “a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países” (THEIS, 2009, p. 244-245).

O fator que alimenta o desenvolvimento desigual é justamente a tentativa dos países ditos subdesenvolvidos alcançarem os níveis de desenvolvimento dos países ditos desenvolvidos. Ao copiar o modelo dos “países desenvolvidos” (considerando-o ideal),

muitos processos e etapas do desenvolvimento, próprias dos diferentes processos históricos e espaciais, são negligenciadas. Para Löwy (1995), essa irregularidade de desenvolvimento entre os países consiste na lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Evidentemente, o desenvolvimento desigual é um fenômeno do modo de produção capitalista. E, dessa maneira, estando intimamente ligado ao processo capitalista de produção, varia de acordo com ele. Tanto é que assume uma dinâmica maior com a Revolução Industrial e toma escala global quando o capitalismo torna-se globalizado, ou seja, alcança todas as partes do globo. “A questão é que o desenvolvimento desigual [...] é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital” (SMITH, 1988, p. 16).

A geografia do desenvolvimento geográfico desigual se concentra na diferenciação do espaço geográfico e define-se pela divisão territorial do trabalho. Ora, assim como existem países com características diferentes, há regiões geográficas em um mesmo território/país que apresentam características diferentes das demais. É o que podemos chamar de divisão inter-regional do trabalho. Dessa forma, não são os espaços geográficos que criam desigualdades socioeconômicas. As desigualdades socioeconômicas e as diferenciações geográficas são fruto da dinâmica capitalista. Mais do que meros produtos, elas são condição do modelo capitalista de desenvolvimento. Condição para sua conservação e continuidade. Como Harvey (2004) nos aponta em seus estudos, é a acumulação do capital, com bases no livre mercado que produz as diferenciações geográficas e as desigualdades, em termos de riqueza e poder.

Essas diferenciações geográficas e desigualdades se expressam também em relação aos problemas socioambientais. O enfoque da justiça ambiental tem utilizado o termo injustiça ambiental para designar o “fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e institucionais.” (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 9). Já o termo Justiça Ambiental é uma espécie de contraponto, ou seja, representa um “quadro de vida futura” de superação de tal injustiça.

No caso brasileiro, definiu-se por injustiça ambiental:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 41).

Ele ganhou força a partir da década de 1980, na organização do Movimento de Justiça Ambiental, nos EUA, na confluência de várias lutas: sociais, ambientais, territoriais e

de direitos civis. No Brasil, tal movimento ganha força a partir do ano de 2001 com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (HERCULANO, 2002).

Esta visão acerca do meio ambiente difere da concepção dominante, centrada no “senso comum ambiental”, responsável por difundir a ideia de que todos igualmente são vítimas e causadores da crise ambiental (tão recorrente nos discursos oficiais), já que não leva em consideração o modo e local onde as pessoas vivem muito menos o fato de que é sobre as pessoas mais pobres e grupos desprovidos de poder que recaem de forma desproporcional a maior parte dos riscos ambientais socialmente produzidos (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009).

#### **4 DADOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Nesta seção apresentaremos dados socioeconômicos do estado de Santa Catarina. Em primeiro lugar, são apresentados indicadores da distribuição da população nos espaços urbanos e rurais do estado catarinense, através do recorte das microrregiões (20, segundo o IBGE). Após, são apresentadas a configuração do PIB e PIB per capita das microrregiões de Santa Catarina.

A população residente do estado de Santa Catarina alcançou o patamar de 6.248.436 habitantes em 2010, distribuídos nos municípios que compõem as 20 microrregiões. Comparado ao Censo do IBGE/SIDRA (2000), a população catarinense experimentou um aumento de aproximadamente de 16,65 % (IBGE/SIDRA 2000 a 2010).

As microrregiões mais populosas são Florianópolis, com 878.260 habitantes (14,06%), Joinville, com 842.709 pessoas (13,49%), Blumenau, com 677.376 (10,84%), e Itajaí, com 570.947 pessoas (9,14%). Somadas, estas quatro microrregiões abrigam 47,52 % da população catarinense. Destas microrregiões, 11 apresentaram um crescimento (% em relação ao censo de 2000) de mais de 10%, sendo 9 delas litorâneas, com destaque à de Itajaí, que viu sua população aumentar em 41,03% (IBGE/SIDRA, 2010).

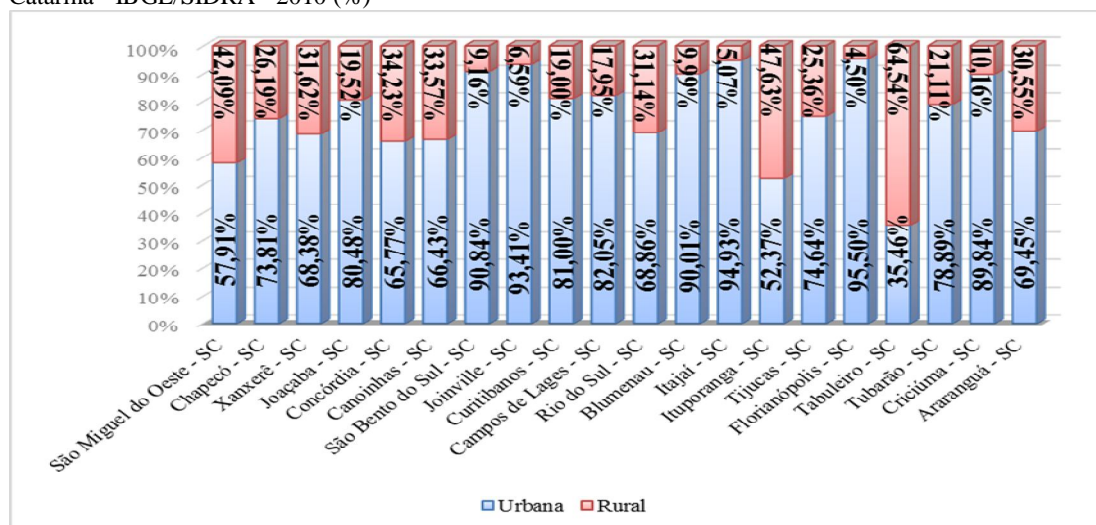
Ficou evidenciada uma distribuição desigual da população no território catarinense, com predominância do litoral. Ao contrário dos discursos oficiais, a tendência da litoralização vem mantendo-se ao longo dos anos.

Com relação à distribuição da população nos espaços urbanos e rurais, observou-se que a grande maioria, ou seja, 83,99% (5.247.913 pessoas) vivem nos espaços urbanos do estado. Os outros 16,01% (1.000.523 pessoas) vivem nos espaços rurais. Comparativamente,

no ano de 2000, a população urbana representava 78,75% e a rural 21,25%. Mesmo com o aumento do total da população, destaca-se a queda de 12,11% da população rural, o que corrobora com o argumento de que Santa Catarina passa por um processo progressivo de esvaziamento do campo e concentra sua população na área urbana (IBGE/SIDRA, 2010).

Tomando como parâmetro o recorte das microrregiões do IBGE (20 microrregiões) ficou ainda mais evidente este fenômeno (conforme gráfico 1). Das 20 microrregiões, apenas a de Tabuleiro apresentou um percentual de população rural maior que a urbana: 64,54% vivem no espaço rural. Os demais, 35,46% vivem no espaço urbano. Microrregiões como Santo Bento do Sul, Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Joinville têm mais de 90% de sua população vivendo nos espaços urbanos (IBGE/SIDRA, 2010).

**Gráfico 1:** Distribuição da população em relação aos espaços rurais/urbanos nas microrregiões de Santa Catarina - IBGE/SIDRA - 2010 (%)



Fonte: Censo IBGE/SIDRA, 2010.

O que se observa ao longo dos anos é um avanço da população rural às regiões urbanas do estado catarinense, com maior destaque para as regiões litorâneas, cada vez mais inchadas e urbanizadas. O que explica este fenômeno?

Seria necessário um trabalho mais aprofundado para evidenciar todas as possíveis causas deste fenômeno, mas um primeiro ponto a analisar é que o esvaziamento do campo tem relação com o desenvolvimento geográfico desigual. O capital, ao se distribuir pelo território acaba por concentrar-se em determinadas regiões, privilegiando-as (como o caso do espaço urbano) em detrimento de outras (como o caso do espaço rural).

Além do mais, podemos entender esse processo dentro de uma lógica de acumulação capitalista. O “segredo” da acumulação capitalista está na expropriação dos meios de



produção dos trabalhadores. O estado catarinense era historicamente caracterizado pelo predomínio da agricultura familiar e de pequenas e médias propriedades. Após a abertura econômica, o Brasil reafirma uma postura produtiva voltada à exportação de commodities e logicamente, ao agronegócio e à monocultura. O progressivo esvaziamento do campo em Santa Catarina segue esta lógica. A agricultura familiar dá lugar para outras formas de produção e utilização do espaço no campo. Eis aí a inserção dos espaços até pouco tempo atrás fora do circuito do capital, na lógica de acumulação capitalista.

Outro indicador socioeconômico importante é o PIB (Produto Interno Bruto), que nos revela a soma de toda riqueza produzida por uma economia em determinado período de tempo. O PIB de Santa Catarina vem apresentando crescimento nos últimos anos, terminando 2010 com R\$ 152,48 bilhões. Quase todas as 20 microrregiões apresentaram uma trajetória crescente com relação ao PIB. A única exceção ficou por conta da Microrregião de Chapecó que, no ano de 2010, experimentou leve queda, se comparado ao ano anterior (IBGE/SIDRA, 2010).

**Tabela 1:** Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes de Santa Catarina e das microrregiões - IBGE 2006 a 2010 (Mil reais).

PIB SC e Microrregiões	2006	2007	2008	2009	2010
Santa Catarina	93.146.754,36	104.622.946,99	123.282.295,40	129.806.256,29	152.482.338,11
Micro Araranguá	1.608.151,89	1.761.132,52	2.162.678,88	2.510.025,62	2.544.138,53
Micro Blumenau	11.847.672,76	13.061.553,24	14.491.503,82	15.355.973,15	18.130.416,73
Micro Campos de Lages	3.333.259,54	3.515.912,91	4.097.371,83	4.220.461,54	4.897.978,53
Micro Canoinhas	2.593.039,91	2.911.128,35	3.566.093,39	3.766.613,77	4.124.767,18
Micro de Chapecó	5.682.659,12	6.713.288,44	8.330.480,97	8.484.435,65	8.338.654,67
Micro de Concórdia	2.295.486,67	2.652.659,51	3.320.007,26	3.204.864,91	3.362.268,54
Micro de Criciúma	4.755.394,34	5.199.423,25	6.090.939,69	6.678.479,08	7.597.369,36
Micro de Curitiba	1.461.565,31	1.508.346,80	1.759.456,37	2.010.604,61	2.254.470,67
Micro de Florianópolis	11.959.224,61	12.984.823,41	15.379.298,19	16.070.769,19	18.747.250,20
Micro de Itajaí	9.556.385,22	11.605.612,28	14.383.338,35	16.028.137,42	21.708.314,77
Micro de Ituporanga	627.868,35	719.594,49	878.209,31	949.925,22	1.093.233,50
Micro de Joaçaba	5.587.572,68	6.149.975,92	7.005.463,23	7.174.290,52	7.678.282,20
Micro de Joinville	18.329.575,52	20.694.980,56	23.668.517,45	24.175.049,69	31.118.777,94
Micro de Rio do Sul	2.664.580,17	2.910.062,70	3.454.749,41	3.547.410,90	3.897.487,79
Micro de São Bento do Sul	1.852.436,96	1.979.676,06	2.191.804,78	2.204.361,14	2.546.285,13
Micro de São Miguel do Oeste	1.963.600,52	2.314.815,93	3.005.901,06	3.113.666,40	3.227.768,91
Micro de Tabuleiro	254.749,08	216.970,36	267.784,08	333.755,24	367.620,81
Micro de Tijucas	931.867,05	1.019.699,52	1.211.154,13	1.316.476,37	1.564.710,98
Micro de Tubarão	4.008.157,88	4.458.394,61	5.249.969,50	5.732.888,31	6.314.188,34
Micro de Xanxerê	1.833.506,79	2.244.896,12	2.767.573,72	2.928.067,56	2.968.353,35

Fonte: IBGE/SIDRA, 2010.

Tomando como ponto de partida o ano de 2010, constatou-se uma grande concentração da riqueza em apenas quatro microrregiões catarinenses: Blumenau (com PIB de R\$ 18,1 bilhões, ou seja, 11,89%), Florianópolis (PIB de R\$ 18,7 bilhões, ou seja, 12,29 % do total), Itajaí (com PIB de R\$ 21,7 bilhões, ou seja, 14,24%) e Joinville (PIB de R\$ 31,1 bilhões, ou seja, 20,41%) respondiam, neste período, por 58,83% da riqueza produzida no estado de Santa Catarina (IBGE/SIDRA, 2010).

As microrregiões com os menores PIB são as de Tabuleiro, com R\$ 367,6 milhões (0,24% do PIB), Ituporanga com R\$ 1,09 bilhões (0,72%) e Tijucas com um PIB de 1,5 bilhões (1,03%). As duas primeiras tem características nitidamente rurais (IBGE/SIDRA, 2010).

O PIB per capita segue a mesma lógica. Nitidamente, regiões mais ricas tendem a apresentar um PIB per capita maior que regiões consideradas mais pobres. E em Santa Catarina, as que se destacam estão no litoral e ostentam características urbanas. Os maiores destaques ficam para as microrregiões de Blumenau (R\$ 26.765,66), Joinville (R\$ 36.927,07) e Itajaí (R\$ 38.021,69). Os “piores” casos ficam para as microrregiões de Araranguá (R\$ 14.070,94), Tabuleiro (R\$ 15.363,67), Tubarão (R\$ 16.844,17) e Canoinhas (R\$ 16.922,89) (IBGE/SIDRA, 2010).

Novamente, ressalta-se a configuração desigual que permeia o território catarinense. De um lado, regiões ricas, concentradoras de capital e recursos e de outro, regiões mais empobrecidas e conseqüentemente, dependentes das primeiras. Destaca-se que apenas quatro microrregiões concentram quase 60% de toda riqueza produzida no Estado, enquanto às demais, ou seja, dezesseis microrregião, cabe o que resta. Evidentemente, é fruto de um desenvolvimento geográfico desigual que perdura no território catarinense e que, vem assumindo novas formas ao longo do tempo (THEIS, 2009). Aliás, além de resultado, tal desenvolvimento e toda desigualdade em termos de riqueza e poder por ele gerada é base para a continuidade do processo de desenvolvimento capitalista no território catarinense e, portanto, se insere em uma complexa lógica de acumulação permanente de capital nas mãos de poucos agentes econômicos.

## **5 ACUMULAÇÃO DE RIQUEZAS E ESPOLIAÇÃO AMBIENTAL EM SANTA CATARINA**

Nesta seção em que o intuito foi apresentar alguns indicadores ambientais, destaca-se a dificuldade em encontrá-los. Mesmo com a busca em fontes oficiais, o que se tem são dados desatualizados e mesmo a inexistência deles.

O estado de Santa Catarina abrange uma área de 95.985 Km<sup>2</sup>. Originalmente, esta extensão estava coberta por uma imensa área verde, com grande destaque para a Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Mista, Decidual e Densa), que cobria 83,70% do território. Antes da chegada dos imigrantes, as ações predominantes no território eram o extrativismo e queimadas realizados pelos povos originários, mas não configuravam desmatamento, já que aconteciam em pequena escala (VIBRANS et al, 2012).

A subdivisão da cobertura florestal do Estado, originalmente, era: Floresta Ombrófila Densa, que cobria 29.282,00 km<sup>2</sup> (30,71% do território); Floresta Ombrófila Mista, que cobria 42.851,56 km<sup>2</sup> (44,94% do território); Floresta Estacional Decidual, que cobria 7.670,57 km<sup>2</sup> (8,04%); Campos Naturais, perfazendo 13.543 km<sup>2</sup> (14,20%) e; outras, como os manguezais, que cobriam 1.999,05 km<sup>2</sup> (2,10%) (VIBRANS et al, 2012).

Com a chegada dos europeus e de seu modelo de produção e após anos de manejo intensivo dos “recursos verdes” de Santa Catarina, a Floresta Ombrófila Mista viu sua área reduzir para 12.317 km<sup>2</sup> (28,74% da área original). Da Floresta Ombrófila Mista ainda restam 12.632,70 km<sup>2</sup>, (43,14% do original), porém, fragmentados no território. Da Floresta Estacional Decidual restam ainda 1.250,60 km<sup>2</sup> (16,30% da original) (VIBRANS et al, 2012).

Porém, há divergência entre mapeamentos. Para o levantamento da RMA (2006), por exemplo, da Floresta Ombrófila Densa restam somente 7.000 km<sup>2</sup> (22% do original). Já a Floresta Ombrófila Mista tem seus remanescentes espalhados pelo estado, mas não superam os 5% da área original. Áreas consideradas virgens não ultrapassam 0,7% do território catarinense. E a Floresta Estacional Decidual encontra-se praticamente extinta (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006).

Longe de aprofundar o assunto, o fato que se apresenta é a percepção da extração extensiva e intensiva dos recursos florestais no território, materializados pela histórica exploração madeireira e agrícola e, atualmente, pelos grandes projetos, como a construção de barragens, hidrelétricas e pelo avanço da monocultura (pinus e eucalipto).

O território catarinense vem adquirindo uma nova paisagem, em que as florestas e os antigos modos de vida, baseados na agricultura familiar, dão lugar à monocultura do pinus e eucalipto. Para ilustrar, entre 2005 a 2011 o crescimento da área plantada de pinus foi de 2,12%, e a área plantada de eucalipto, 71,15% (ABRAF, 2012).

Assim como no Brasil, em Santa Catarina a natureza está inserida na lógica da acumulação de capital. E as florestas não fogem à regra. Inclusive, com grande apoio do estado. No caso catarinense, a preocupação do estado frente à destruição da cobertura vegetal tem longo caminho, mas concentra-se não na preservação e sim na garantia da continuidade da expansão econômica do setor madeireiro, tendo seu maior expoente no incentivo ao plantio de pinus e eucalipto (CARVALHO, MORETTO, NODARI, 2010). Está aí o Código Florestal que não deixa comprovar o contrário: favorece a apropriação dos recursos florestais comuns, segundo interesses privados.

As águas catarinenses também há muito não são mais as mesmas. As principais fontes poluentes dos recursos hídricos catarinenses são os esgotos sanitários, efluentes industriais, resíduos sólidos, atividades agropecuárias e atividades de extração mineral. No caso dos esgotos, a maioria dos municípios catarinenses não conta com um tratamento e destinação adequadas dos mesmos nos núcleos urbanos (SANTA CATARINA, s/d).

Algumas indicações dão conta de que alguns municípios que estão inseridos na região Hidrográfica do Uruguai sofrem pressões poluidoras provindas da indústria alimentícia, com destaque para os frigoríficos e das obras de hidrelétricas (BRASIL, 2012).

A indústria de papel e celulose, que se concentra nas sub-bacias dos rios Canoas e do Peixe afeta consideravelmente a qualidade da água na região. Já na região hidrográfica do Atlântico Sul, a atividade minerária é apontada com a que mais contribui para a degradação dos recursos hídricos. Justamente, a região Sul Catarinense (bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão) é que mais sofrem com esta pressão (BRASIL, 2012).

Um dos principais poluentes da bacia do Rio Itajaí são os esgotos urbanos, lançados no rio e no solo, com destaque para Blumenau. A rizicultura também exerce grande pressão sobre os recursos hídricos, seguido da suinocultura e avicultura, predominantes nas bacias do rio Itajaí e litoral. A extração da argila, predominante no Litoral Sul de Santa Catarina, também é apontada como possível fonte de degradação dos corpos hídricos, por provocar assoreamento (BRASIL, 2012). Um grande poluidor do solo (e das águas) catarinense são os agrotóxicos. Entre 2000 a 2009 foram consumidos em território catarinense “apenas” 5.622,9 toneladas (IBGE/SIDRA). São esses produtos químicos que foram parar no alimento que chegou a mesa de muitas pessoas, que contaminaram o solo, lençóis freáticos, rios e córregos. O uso de agrotóxicos em Santa Catarina deve seu aumento ao longo dos anos, tanto à indústria quanto ao sistema oficial de extensão rural (CARVALHO, NODARI, NODARI, 2009).

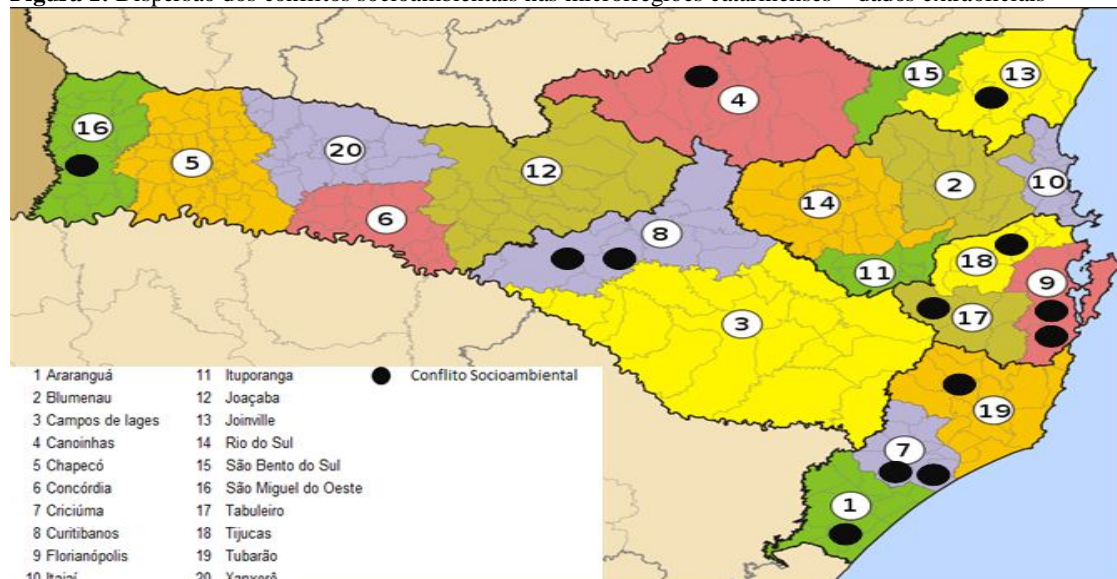
## 6 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SANTA CATARINA: REFLEXO DA ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO?

O surgimento de conflitos socioambientais envolve a problematização do desenvolvimento. Os conflitos podem ser implícitos ou explícitos. Nos conflitos implícitos a comunidade não tem consciência do processo de degradação socioambiental, dos agentes associados. O conflito é explícito quando há associação entre a degradação e agentes sociais determinados (ACSELRAD, 2009). Serão apresentados nesta seção, conflitos explícitos, de duas fontes: FIOCRUZ/FASE e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

### 6.1 Conflitos Socioambientais segundo dados do Mapa De Conflitos

Em levantamento preliminar, que resultou um estudo denominado *Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* (FIOCRUZ; FASE, 2006), nosso estado registrou 13 conflitos, distribuídos em 10 microrregiões do estado, conforme figura abaixo:

**Figura 1:** Dispersão dos conflitos socioambientais nas microrregiões catarinenses – dados extraoficiais



Fonte: Baseado em FIOCRUZ; FASE (2006).

Não apenas os municípios onde o conflito é gerado sofrem com suas consequências, mas em alguns casos, mais municípios acabam tendo sua população atingida. Os conflitos

citados ocorrem: 1 na microrregião com menor PIB do estado, ou seja, Tabuleiro, no município de Anitápolis; 2 na microrregião de Curitibanos, ambos no município de Campos Novos; 1 na microrregião de Canoinhas, no município de Santa Terezinha; 1 na microrregião de São Miguel do Oeste, no município de São João do Oeste, mas atingindo ainda os municípios de Mondaí, Itapiranga e São João do Oeste; 2 na microrregião de Criciúma, mais precisamente nos municípios de Criciúma e Treviso; 1 na microrregião de Araranguá, no município de Praia Grande; 1 na microrregião de Tijucas, mesmo município, mas estendendo-se aos municípios de Biguaçu, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Itapema, Porto Belo, São José e até mesmo Florianópolis; 2 na Microrregião de Florianópolis, nos municípios de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz (se estendendo ao município de Águas Mornas); 1 na microrregião de Joinville, mesmo município e; 1 na microrregião de Tubarão, município de Imbituba (FIOCRUZ; FASE, 2006).

A grande maioria se materializou nas áreas rurais dos municípios catarinenses (46,15% rural; 23,08% urbana; 23,08% urbana e rural e; 7,69% indefinida). Aliás, se somadas aos conflitos que atingem conjuntamente áreas urbanas e rurais, esta proporção aproxima-se dos 70%. Uma das respostas para tal fato repousa na própria essência do capital, que busca espaços dentro do território que ofereçam recursos que melhor se adequam aos seus próprios interesses.

Destaca-se entre os “efeitos causadores” dos conflitos socioambientais a “atuação de órgãos governamentais/planos”, com 38,46% dos casos. Isto se dá por que ocorre simultaneamente com outras atividades desencadeadoras, como exemplo, a construção de barragens, onde a autoridade governamental competente autoriza a desapropriação de terras e consequente início das atividades.

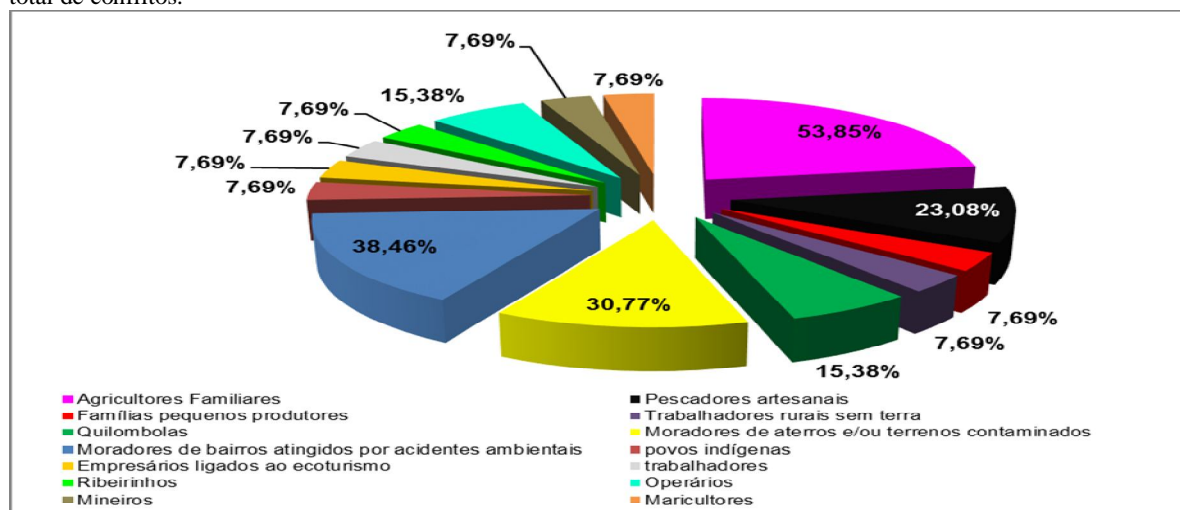
Aliado a “efeito” Atuação do Judiciário/Ministério Público (15,38%), denota alguns gargalos da esfera pública brasileira, como a propensa a aliar-se ao grande capital e a deficiência dos órgãos de justiça em defender de fato os direitos das populações atingidas, além da deficiência das políticas e legislação ambiental. Destaques ainda para os conflitos gerados pela construção de barragens/hidrelétricas (29,08% dos casos apresentados), que se inserem nesta lógica. Aparecem ainda a ação das usinas termelétricas, estaleiros, indústria carbonífera, mineração de fosfato, grileiros/madeireiros, monocultura e outras atividades industriais (cada uma citada em 7,69% dos casos) (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Em suma, todas tem relação intrínseca à dinâmica da empresa privada capitalista, que é claro, ao interferirem nos territórios acabam por interferir negativamente nos modos de vida das populações. Elas expressam os eixos que orientam o modelo de desenvolvimento

brasileiro e conseqüentemente, catarinense, que acabam por agravar as disparidades econômicas e regionais. Mais do que isso, favorece a dinâmica da acumulação primitiva/via espoliação permanente no estado de Santa Catarina.

Em sua imensa maioria, as populações atingidas são as minorias sociais, grupos que muitas vezes estão à margem do direito à cidadania plena, conforme expressa o gráfico 2:

**Gráfico 2:** Populações atingidas pelos conflitos socioambientais no estado de Santa Catarina - % em relação ao total de conflitos.



Fonte: FIOCRUZ; FASE (2006).

O grupo social mais atingido é de agricultores familiares (53,85% dos casos). Estes casos envolvem a perda da terra, ou parte dela, devido à construção de barragens e mesmo a contaminação do solo. E com isso também o enfraquecimento no próprio modo de ser e de produzir da agricultura familiar (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Moradores de bairros em áreas de risco, ou seja, atingidos por acidentes ambientais estão presentes em 38,46% dos casos, seguidos dos moradores de aterros e/ou aterros contaminados por resíduos (30,77%). Pescadores artesanais aparecem em 23,08% dos casos e tem relação com a construção de barragens e hidrelétricas. Destaque ainda, para os operários (15,38%), atingidos pelas próprias condições de trabalho em que estão expostos e para as populações quilombolas (15,38%), que tem seu modo de vida ameaçado por ação do poder judiciário e tem intrínseca relação com a monocultura do eucalipto/pinus e a volúpia do setor madeireiro e de celulose. Já os que envolvem a questão indígena (7,69% dos casos), relacionam-se a questionamento de demarcação de terras. (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Os principais impactos das atividades listadas são a alteração da fauna e da flora (38,46% dos casos); alteração do uso tradicional do solo (30,77%), o que corrobora com o

enfraquecimento de grupos sociais específicos; contaminação do solo (30,77%) e; o desmatamento (23,08%). Elas têm relação com a disputa de território entre os grandes setores econômicos (infraestrutura, mineração, madeira, celulose, entre outras) e as minorias, como agricultores familiares, quilombolas e povos originários. Apareceu ainda a degradação atmosférica, a contaminação dos recursos hídricos, erosão, problemas com depósito de resíduos tóxicos (cada um 15,38%) e demais impactos, como a falta de água e impacto negativo sobre atividade tradicional (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Na percepção dos atingidos, o maior dano causado pelos conflitos (92,31% deles) se relaciona a piora na qualidade de vida. Ele tem vínculo com outro dado, a perda das identidades tradicionais (7,69% dos casos). Tal dado decorre da percepção pelos atingidos de como o modelo de desenvolvimento hegemônico a qual todos estão inseridos vem impactando no seu modo de viver, em suas práticas (FIOCRUZ; FASE, 2006).

Outro impacto relevante é a insegurança alimentar (38,46% dos casos), que mantém relação com a perda de terras e da impossibilidade de manutenção dos padrões de reprodução de vida de grupos específicos, como maricultores, pesadores artesanais, pequenos agricultores, povos indígenas e quilombolas.

São passíveis de atenção ainda os dados de violência, divididos em três categorias: violência/lesão corporal (presente em 7,69% dos casos), violência/Coação física (presente em 7,69% dos casos) e a violência/ameaça (presente em 38,46% dos casos). Os acidentes (30,77% dos casos) se relacionam com as relações de trabalho em que estão expostos os trabalhadores e os demais problemas ressaltados, como doenças, problemas respiratórios, contaminação, falta de atendimento médico e desnutrição são apontados como reflexos das atividades no território (FIOCRUZ; FASE, 2006).

No estudo não ficou muito explícito a ramificação dos parceiros das populações atingidas, mas entre eles estão as ONGs de defesa dos direitos de cidadania e que carregam em sua pauta a luta das minorias despossuídas e os movimentos sociais, com destaque ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) presente nas lutas pela dignidade da vida daqueles que sofrem com os problemas causados pela construção de barragens e hidrelétricas. Entidades governamentais também configuram em 30,77% dos casos (FIOCRUZ; FASE, 2006).

## *6.2 Conflitos Socioambientais segundo dados da Comissão Pastoral Da Terra (CPT)*



Os dados abaixo se referem às publicações “Conflitos por terra no Brasil”, realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Consideramos o período de 1990 a 2012 e os conflitos divididos em três grandes categorias: conflitos por terra, conflitos por água e trabalho escravo.

Nesta análise, levantou-se que entre 1990 a 2012 ocorreram 209 conflitos nas microrregiões de Santa Catarina, divididos nas três grandes categorias citadas: conflito por água (14 ocorrências), conflitos por terra (106 ocorrências) e trabalho escravo (54 ocorrências). Estes estiveram espalhados por 17 microrregiões: Araranguá, Blumenau, Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê. Estenderam-se ainda, por diversos municípios.

**Tabela 2:** Conflitos socioambientais nas microrregiões de Santa Catarina seegundo a CPT – 1990 a 2012

Microrregião	Conflito por Água		Conflito Por Terra		Trabalho Escravo
	Única Ocorrência	Perduração	Única Ocorrência	Perduração	Única Ocorrência
Araranguá	-	-	1	1	-
Blumenau	1	3	3	5	1
Campos de Lages	2	4	3	4	8
Canoinhas	2	3	11	12	9
Chapecó	2	11	11	17	-
Concórdia	1	2	3	5	7
Criciúma	-	-	1	1	-
Curitibanos	2	6	9	12	3
Florianópolis	-	-	3	4	1
Ituporanga	-	-	1	1	2
Joaçaba	-	-	17	20	13
Joinville	1	1	2	3	2
Rio do Sul	1	6	3	6	-
São Bento do Sul	-	-	5	5	4
São Miguel do Oeste	-	-	3	3	-
Tubarão	1	1	1	2	-
Xanxerê	1	1	29	40	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>38</b>	<b>106</b>	<b>141</b>	<b>54</b>

Fonte: CPT, 1990 á 2012.

Os conflitos por água estiveram presentes em 10 microrregiões, somando 14 ocorrências diferentes ao longo dos anos. Porém, se considerarmos os relatos anuais, a grande maioria teve continuidade. Desta ótica, os conflitos chegaram a 38 no mesmo período considerado. As microrregiões catarinenses com maior número de conflitos envolvendo água

foram Chapecó, Curitibanos, Canoinhas e Campos de Lages, todas com 2 conflitos. Levando em consideração os conflitos que tiveram continuidade no território, a maior incidência de conflitos ficou para a microrregião de Chapecó.

O principal desencadeador destes conflitos foram às construções de hidrelétricas, barragens e PCH (94,87% dos casos), seguido de apropriação particular (2,56%), que na verdade, foi uma proibição de uso comum da água em um município catarinense e acabou gerando conflito e, por último, a atividade de retirada de areia de rio (2,56% dos casos).

Dentre as principais causas que levaram aos conflitos estão o “não cumprimento de procedimentos legais” (28,21% dos casos), “falta de projeto de reassentamento” (23,08% dos casos) e a “ameaça de expropriação” (23,08% dos casos). Apareceram ainda como causas a “Destruição ou poluição” (15,38%), “reassentamento inadequado” (7,69%) e “impedimento de acesso a água” (2,56%).

Evidentemente, em sua grande maioria, se relacionam aos projetos de barragens e hidrelétricas. Não é difícil apontar que os problemas decorrentes destas atividades recaíram sobre as populações menos favorecidas, até por que, os relatórios da Comissão Pastoral da Terra se relacionam intimamente com os problemas que afetam os trabalhadores e trabalhadoras (CPT, 2012).

Já os conflitos por terra tiveram grande ocorrência no estado de Santa Catarina, chegando à 106 casos diferentes, distribuídos em 17 microrregiões. Aqui também, muitos não tiveram solução ao longo do período, sendo relatados ano após ano. Considerando a ocorrência dos mesmos durante os anos, alcançou 141 casos de conflitos envolvendo terra.

O grande destaque fica para a microrregião de Xanxerê, com 29 conflitos envolvendo o uso da terra, seguido da microrregião de Joaçaba, com 17 conflitos e das microrregiões de Canoinhas e Chapecó, ambas com 11 conflitos ao longo do período.

A maioria dos casos não apresentava claramente às populações envolvidas nos conflitos, de forma que, das apresentadas, 12,06% envolveram trabalhadores rurais sem terra, 14,89% a população indígena, além dos atingidos por barragens (0,71%), quilombolas (0,71%) e pequenos proprietários (0,71%). O restante, não explicitado claramente, corresponde a 70,92% dos casos. Mesmo assim, são as populações menos favorecidas que sofreram com os conflitos.

O trabalho escravo também esteve presente no estado de Santa Catarina, com 54 casos dispersos por 11 microrregiões. No período considerado (1990 a 2012) foram 1230 trabalhadores libertos de condições de escravidão. A microrregião de Joaçaba apresentou o maior número de casos de trabalho escravo: foram 13 ao longo do período. As microrregiões

de Canoinhas (9 casos) e de Campos de Lages (8 casos) vieram atrás, seguidas de perto pela microrregião de Concórdia, com 7 casos de trabalho escravo.

A atividade da erva mate foi a que apresentou o maior índice de trabalhadores em condição de escravidão (31,48% dos casos), seguindo da monocultura do pinus (22,22%). Apareceu ainda o cultivo do tomate (5,56%), produção de maçã (3,70%), agricultura em geral (3,70%), fumicultura, pecuária, desmatamento, cultivo de café, feijão e outros (cada uma presente em 1,85% dos casos). Todas as atividades relacionavam-se a agricultura e extrativismo.

Analisando tais dados, se percebe que o desenvolvimento de Santa Catarina tem se dado também sob a tutela da acumulação primitiva permanente. Os casos apontados nos permitem tal afirmação. Ela se dá por duas frentes: a extensiva e a intensiva: No primeiro caso, necessita incorporar áreas até então fora do circuito do capital. Justamente, são as terras em uso pelos pequenos proprietários, agricultores familiares, povos originários, quilombolas, entre outros povos tradicionais. No segundo caso, se dá nas terras já ocupadas pelo capital, na busca de maiores ganhos, através de maior exploração do trabalho, uso e abuso de agrotóxicos, por exemplo, (CPT, 2012).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O principal objetivo que deu origem a esta pesquisa foi analisar as interfaces entre o rural e urbano do desenvolvimento desigual e da injustiça socioambiental em Santa Catarina.

De fato, mesmo sendo apontado com um dos estados “menos desiguais” do Brasil, o estado de Santa Catarina é marcado pelo desenvolvimento geográfico desigual em seus espaços rurais e urbanos: de um lado regiões ricas e de outro regiões pobres. Este panorama nada mais é do que fruto e condição deste próprio modo de desenvolvimento e consequentemente, motor da acumulação primitiva capitalista.

Ficou evidente ainda que o território catarinense tem sido palco de inúmeros conflitos envolvendo injustiças socioambientais. Eles são frutos de processos econômicos concretos, de uma acumulação primitiva permanente, que age no território se ocupando de espaços até então fora do circuito do capital e também se reutilizando de espaços antes ocupados, bem como resultados de um desenvolvimento histórico – geográfico desigual.

Além disso, existe uma relação íntima entre os problemas socioeconômicos e as injustiças socioambientais no estado, já que, como se viu, os riscos e danos ambientais

socialmente produzidos recaem de forma desproporcional sobre as populações menos favorecidas. No caso catarinense, as vítimas são agricultores familiares, pescadores artesanais, operários, quilombolas, povos indígenas e tantos outros.

Também no estado de Santa Catarina, assim como em nível de Brasil impera um desenvolvimento submetido aos interesses da acumulação capitalista privada, que age de forma a espoliar o território, a biodiversidade e a própria população.

O que se sugere é um modelo mais democrático de desenvolvimento, que não se restrinja apenas à esfera política, mas que contemple a esfera econômica, a esfera ecológica e que tenha como ponto de partida a realidade das comunidades, lá onde os sujeitos vivem, a partir de seus modos específicos de ser e de viver.

Sugere-se ainda, para contribuir com o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina, estudos mais aprofundados acerca da temática apresentada, bem como, que se multipliquem ações de visibilidade e fortalecimento dos grupos sociais atingidos e de suas lutas. Esses conflitos representam a luta pela construção de um modelo mais democrático, em que a prioridade não seja a maximização do lucro privado, mas sim, os reais anseios e necessidades das populações que vivem nas microrregiões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAF. Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011. ABRAF, Brasília: 2012.150p. Disponível em: < <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

ACSELRAD, Henri; MELLO, BEZERRA. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. ALMEIRA, Alfredo Wagner Berno de [et al.] In: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.39-69.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. Ministério do Meio Ambiente. Panorama da Qualidade das Águas Superficiais no Brasil **CADERNOS DE RECURSOS HÍDRICOS** 1. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos Brasília-DF 2012. Disponível em: < [http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama\\_Qualidade\\_Aguas\\_Superficiais\\_BR\\_2012.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama_Qualidade_Aguas_Superficiais_BR_2012.pdf)> . Acesso em: 10 de maio de 2013.

CAMPANILI, M. PROCHNOW M. **Mata Atlântica: Uma rede pela floresta**. Rede Mata Atlântica, 2006. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/mata-atlantica/uma-rede-pela-floresta/>> Acesso em 20 de abril de 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo – Brasil 2012**. Coord.: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva, LAZZARIN, Flávio. CPT Nacional, Brasil, 2013. Disponível em:

< <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso: 10 de abril de 2013.

FIOCRUZ; FASE. **Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. LIS/ICIT/FIOCRUZ, 2006. Disponível em: < <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HERCULANO, Selene. Redesenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.5, p. 143-149, jan/jun. 2002.

IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. **Contagem da população 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 abril de 2013.

IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de abril de 2013.

IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. **Utilização de agrotóxicos e afins (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável)**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de abril de 2013.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, p. 73-80, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 1v. Toma 2 (Os economistas). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie.

SANTA CATARINA. **Panorama dos Recursos Hídricos de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria do Estado do Desenvolvimento Sustentável. s/d. Disponível em: < <http://www.aguas.sc.gov.br/>>>>>. Acesso em 21 de maio de 2013.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Solange Schmidt. Análise dos impactos ambientais no Oeste Catarinense e das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa suínos e aves. In: **VI Encontro Nacional da ANPPAS**. Pará, 2012.1:17. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT7-946-803-20120621110037.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo Celso. A mata atlântica cede lugar a outros usos da terra em Santa Catarina, Brasil. **Biotemas**, 23 (2): 51-59, junho de 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez.2009.

VIBRANS, Alexander Christian. Et al. **Inventário Florístico Floresta de Santa Catarina**. Edifurb: Blumenau, 2012.